

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DAS LEIS ÀS PRÁTICAS INCLUSIVAS

Maria Aparecida Marques da Rocha¹

Ana Cristina Ghisleni²

Maria Janine Dalpiaz Reschke³

RESUMO

O artigo discute a inclusão no ensino superior analisando os percursos e as ações de três instituições de ensino superior (IES) do sul do Brasil. Trata-se de um recorte de pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Democratização, Inclusão e Gestão na Educação Superior, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com o objetivo de analisar as estratégias de gestão utilizadas pelas IES para permanência e conclusão do estudante com deficiência. Entre os anos de 2020 a 2022, a pesquisa debruçou-se na análise dos documentos institucionais de duas IES comunitárias e uma federal. Também foram ouvidos 34 participantes por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários. A partir da premissa do direito à educação e da responsabilidade institucional na oferta de acessibilidade e adaptações, os resultados apontam para avanços expressivos nos espaços investigados e sinalizam ações de gestão ainda necessárias para o incremento dos processos inclusivos.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Superior. Processos pedagógicos e de gestão.

STUDENTS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION: FROM LAWS TO INCLUSIVE PRACTICES

ABSTRACT

The article discusses inclusion in higher education by analyzing the paths and actions of three higher education institutions (HEIs) in southern Brazil. It is part of a broader research project developed within the Research Group on Democratization, Inclusion, and Management in Higher Education at the University of Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), aiming to examine the management strategies used by HEIs to support the retention and graduation of students with disabilities. Between 2020 and 2022, the research focused on analyzing institutional documents from two community HEIs and one federal HEI. Additionally, 34 participants were

¹Doutora em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Brasil; Programa de Pós-graduação em Gestão Educacional; Orcid iD do autor 1: <https://orcid.org/0000-0001-6171-6676>. E-mail: mamrocha@unisinos.br

² Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Brasil; Programa de Pós-graduação em Gestão Educacional; Programa de Pós-graduação em Educação; Instituição em que trabalha/estuda - país; Programa de Pós-graduação; Orcid iD do autor 2: <https://orcid.org/0000-0002-1877-8182> . E-mail: acghisleni@unisinos.br

³ Doutora em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Universidade Federal de Pelotas – Brasil; Programa de Pós-graduação em Educação; Orcid Id do autor 3: <https://orcid.org/000-0002-6467-5264> . E-mail: mjanine@terra.com.br

interviewed through semi-structured interviews and questionnaires. Based on the premise of the right to education and institutional responsibility in providing accessibility and adaptations, the results show significant progress in the spaces studied and point to management actions that are still needed to further improve inclusive processes.

Keywords: Inclusion. Higher Education. Pedagogical and management processes.

ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: DE LAS LEYES A LAS PRÁCTICAS INCLUSIVAS

RESUMEN

El artículo discute la inclusión en la educación superior analizando los recorridos y las acciones de tres instituciones de educación superior (IES) del sur de Brasil. Se trata de un recorte de una investigación más amplia desarrollada en el marco del Grupo de Investigación Democratización, Inclusión y Gestión en la Educación Superior, de la Universidad del Valle do Río dos Sinos (Unisinos), con el objetivo de analizar las estrategias de gestión utilizadas por las IES para la permanencia y finalización de los estudios de los estudiantes con discapacidad. Entre los años 2020 y 2022, la investigación se centró en el análisis de los documentos institucionales de dos IES comunitarias y una federal. También se entrevistó a 34 participantes a través de entrevistas semiestructuradas y cuestionarios. Partiendo de la premisa del derecho a la educación y la responsabilidad institucional en la oferta de accesibilidad y adaptaciones, los resultados muestran avances expresivos en los espacios investigados y señalan acciones de gestión todavía necesarias para fortalecer los procesos inclusivos.

Palabras clave: Inclusión. Educación Superior. Procesos pedagógicos y de gestión.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre os processos inclusivos educacionais no Brasil iniciou a sua trajetória na Educação Básica, com um enfoque voltado à Educação Infantil e aos primeiros anos do Ensino Fundamental e que agora se expande para o Ensino Médio. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), o percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente a maioria das etapas de ensino. O Censo Escolar da Educação Básica contabiliza 2,5 milhões de estudantes de inclusão em 2025, um aumento de 82% em relação a 2021. O ensino fundamental concentra 63,4% dessas matrículas, enquanto que a educação infantil teve um acréscimo, entre 2021 e 2025, de 275,8% nas matrículas de creche e de 300,6% nas de pré-escola. O mesmo estudo aponta que “a maior proporção de alunos incluídos em 2025 é observada no ensino médio, com 99,4% de inclusão em classes comuns” (Brasil, 2025, p. 50).

Se existem dados estatísticos consolidados acerca da inclusão na Educação Básica no Brasil, o mesmo não ocorre com a Educação Superior. No entanto, a ampliação da trajetória acadêmica, mesmo que lamentavelmente para uma parcela ainda reduzida de pessoas com deficiência, está colocada em pauta. Baseado nessa premissa, este artigo analisa o cenário vinculado à inclusão em três instituições de ensino superior, duas comunitárias e uma federal, a partir de recorte de uma pesquisa ampla desenvolvida desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Democratização, Inclusão e Gestão na Educação Superior, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e que teve o objetivo de analisar as estratégias da gestão utilizadas pelas IES para a permanência e conclusão de estudante com deficiência, com a finalidade de identificar, construir e publicizar processos e prática para a inclusão que qualifiquem a formação acadêmica.

O cenário inclusivo é aqui percebido a partir das políticas institucionais de ação afirmativa e as consequentes ações de apoio desenvolvidas a partir delas. Metodologicamente, a pesquisa configura-se como de cunho qualitativo, de caráter exploratório e estruturada a partir da perspectiva de um estudo de casos múltiplos (Yin, 2015). A análise dos dados empíricos foi desenvolvida com base na concepção de Bardin (2011) sobre a análise de conteúdo. Com a finalidade de enriquecer o tratamento dos dados, buscou-se em Moraes (1999) a referencialidade para a construção da sua análise e interpretação.

Em um primeiro momento, junto ao desenho metodológico da pesquisa, são apresentados dados gerais das três instituições envolvidas. Na sequência, é promovido um recorte de uma instituição a partir da temática da formação docente. Tem-se, assim, na totalidade dos dados, desdobramentos que envolvem desde a existência de núcleo de apoio ao estudante e apoio à atuação docente, bem como apontamentos sobre os desafios vinculados a práticas inclusivas consistentes em meio às demandas acadêmicas.

A fim de melhor compreender os dados advindos da pesquisa, o artigo estrutura-se em três partes – a partir dessa introdução - seguidas das conclusões finais. A primeira delas realiza uma revisão bibliográfica sobre a perspectiva ampliada das políticas educacionais e sobre os diálogos entre elas e a inclusão educacional. Na sequência, é detalhada a metodologia da pesquisa, com a apresentação dos dados da pesquisa ampla. A terceira parte direciona-se aos resultados e às

conclusões a partir das análises dos dados específicos de uma das IES participantes, apresentados e problematizados à luz de conceitos vinculados à formação docente.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Como nos lembram Cury e Tripodi (2025, p. 19), os “padrões de solidariedade em uma sociedade são variáveis e historicamente condicionados”. O impacto de tal afirmação no âmbito das políticas educacionais é inegável e dialoga diretamente com as ênfases observadas nos encaminhamentos legais.

O robustecimento das políticas educacionais voltadas à inclusão aponta para uma maior atenção para o tema. A qualidade, a tônica e a efetividade dessa atenção, no entanto, segue alvo de debates no campo dos estudos de inclusão. O pequeno avanço das matrículas em detrimento do incremento da discussão (Mendes, 2006) revela as dificuldades dos sistemas educacionais e das instituições educativas lidarem com os estudantes que necessitam de atendimento especializado.

Enquanto as disputas em torno das concepções de inclusão assumem notoriedade, os alunos que têm tido acesso não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos. Além da predominância de serviços que envolvem, por vezes desnecessariamente, a segregação escolar, há evidências que indicam um descaso do poder público, uma tendência de privatização (considerando que a maioria das matrículas está concentrada na rede privada, mais especificamente em instituições filantrópicas) e uma lenta evolução no crescimento da oferta de matrículas, em comparação com a demanda existente (Mendes, 2006).

O surgimento da escolarização e a sua ampliação como direito público dá-se sob uma perspectiva de não exclusão pelo acesso ao conhecimento e às condições de acesso a direitos sociais (Cury e Tripodi, 2025). O desenvolvimento tardio da institucionalização da educação no Brasil reverbera nas políticas de inclusão. Tem-se, com isso, um cenário em que respostas consistentes para demandas históricas ainda não estão instauradas e convive com a emergência de demandas que sequer eram reconhecidas até pouco tempo.

As legislações educacionais sobre a inclusão escolar recebem críticas contundentes que vão do financiamento insuficiente até o esmaecimento da discussão

central em torno da própria melhoria geral da qualidade da educação brasileira para todos os alunos indistintamente (Mendes, 2017). Os fracassos das políticas educacionais seguem residindo na “incompatibilidade entre o problema e a solução” (Power, 2024, p.361) e na perpetuação de desigualdades sociais onde “crianças favorecidas continuam a frequentar escolas favorecidas, e as crianças desfavorecidas continuam a frequentar escolas desfavorecidas” (Power, 2024, p. 360).

Este cenário educacional retrata a situação da Educação Básica e também na Educação Superior, em suas proporções específicas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) forjou, desde o seu surgimento, em 2008, “o encaminhamento dos estudantes PAEE para as escolas e classes comuns, em especial aqueles com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA)” (Bezerra, 2020). Tal premissa abriu espaço para um atendimento especializado que vem sendo alvo de críticas pelas suas insuficiências, principalmente em função do empobrecimento das qualificações técnicas para o exercício da função junto a crianças e adolescentes nos espaços escolares. A discussão sobre a qualidade do atendimento – acerca de todos os tipos de deficiência - reverbera no Ensino Superior contando, ainda, com as resistências de um espaço educacional que, até pouco tempo, se considerava imune às maneiras diferentes de lidar com a aprendizagem.

O avanço nos debates e nos documentos orientadores para a inclusão na Educação Superior têm revelado as barreiras que persistem. Ao mesmo tempo em que as universidades têm efetivado mudanças arquitetônicas e tecnológicas voltadas à acessibilidade, os desafios pedagógicos e atitudinais (Rossato et al., 2024) seguem em pauta e colocando em evidência a necessidade de apoio institucional aos alunos, aos professores e aos funcionários na criação de um ambiente inclusivo. A responsabilidade da gestão na promoção desse apoio é incontestável.

A gestão da educação superior, de acordo com Morosini (2021), engloba a premissa da pesquisa, ensino e extensão e princípios organizativos que marcam os processos decisórios e as relações local, regionais, nacionais e internacionais. A gestão requer conhecimento profissional, além de um corpo gestor competente, flexível e democrático. Em meio a isso, a gestão acadêmica das IES é constantemente desafiada para resultados efetivos capazes de articular eficiência e eficácia. Em função disso, são exigidas modificações voltadas à produtividade, à concorrência, à liderança, a estratégias e a novos comportamentos (Colombo, 2013). A aproximação

desse cenário à compreensão da necessária diversidade, inclusão e equidade na instituição estabelece os rumos das proposições e práticas inclusivas, evidenciando avanços e denunciando limites que precisam ser institucionalmente compreendidos e enfrentados.

Tem-se, portanto, de um lado, o avanço promovido pelas políticas que apresentam prerrogativas e impõem percursos para que isto ocorra a partir dos órgãos reguladores. Do lado das instituições, persistem as questões sobre o que realmente é realizado, sobre como a gestão das IES tem olhado para este percentual de estudantes com deficiência que chegam com sonhos e desejo de cursarem um curso superior e sobre as possibilidades reais para que isto aconteça.

Em meio a tal cenário, torna-se inevitável o destaque à atuação docente, conforme será apresentado na seção destinada aos resultados e discussões dos dados. Ali, a escolha dos referenciais teóricos de Freire (1996), Cunha (2010), Tardif (2014), Nóvoa (1992), Schön (2000), Day e Gu (2015) fundamenta-se na necessidade de compreender a inclusão no ensino superior como processos complexos que ultrapassam dimensões normativas ou exclusivamente técnicas. As análises das entrevistas específicas de uma IES evidenciaram que as ações institucionais relacionadas à inclusão mobilizam práticas pedagógicas, relações interpessoais, culturas institucionais e processos de desenvolvimento profissional docente, exigindo uma abordagem teórica capaz de interpretar essas múltiplas dimensões de forma articulada. Nesse sentido, Freire (1996) contribuiu para compreender a inclusão como prática educativa fundamentada no diálogo, no reconhecimento dos sujeitos e na garantia do direito à aprendizagem. Cunha (2010), por sua vez, ofereceu elementos para analisar a docência universitária e os processos de inovação pedagógica no ensino superior, ao passo que Tardif (2014) possibilitou compreender os saberes docentes como construções produzidas na experiência e nas situações concretas do trabalho educativo. Noções trazidas por Nóvoa (1992) permitiram compreender a formação docente como um processo contínuo, coletivo e construído nas relações profissionais e institucionais, enquanto Schön (2000) sustenta a compreensão da docência como prática reflexiva diante de situações complexas e não padronizadas. Por fim, Day e Gu (2015) contribuíram para analisar as dimensões emocionais, relacionais e identitárias que atravessam o trabalho docente. A articulação desses referenciais possibilitou interpretar os dados para além da descrição das ações institucionais, compreendendo como professores e instituições constroem respostas

à inclusão por meio de processos de reflexão, aprendizagem profissional e reorganização das práticas pedagógicas, contribuindo para a construção de contextos educacionais mais inclusivos.

METODOLOGIA

O estudo que deu origem ao presente artigo estabeleceu um diálogo sobre as contribuições resultantes do trabalho desenvolvido em Instituições de Ensino Superior (IES) quanto à inclusão de estudantes com deficiência, bem como os desafios que as Instituições encontram na sua implementação. O objetivo geral consistiu em analisar as estratégias de gestão utilizadas pelas IES para permanência e conclusão do estudante com deficiência, com a finalidade de identificar, construir e publicizar processos e práticas para a inclusão que qualifiquem a formação acadêmica. Entende-se que tal problematização contribui na possibilidade de construir caminhos e pontes a serem explorados na arena da Educação Superior, podendo servir para a efetivação da gestão de políticas mais inclusivas nas instituições.

A realidade de uma inclusão ainda incipiente mostra-se presente diante dos tímidos registros de produção científica em relação a este quesito especificamente. Entende-se ser relevante tratar desse tema, pois ele está intimamente relacionado à política de democratização da Educação Superior, efervescente nas discussões de diferentes grupos até 2016 e com uma observada desaceleração a partir de então, como pode ser observado no levantamento realizado pelo grupo de pesquisa nas produções publicadas entre nos anos de 2010 e 2020.

A pesquisa teve um carácter predominantemente qualitativo para responder de forma adequada à proposta exploratória do projeto (Minayo, 2007). Foi realizado um estudo de casos múltiplos (Yin, 2015) a fim de analisar a realidade de instituições de naturezas diferentes e com distintas estratégias de gestão para que estudantes com deficiência concluam o curso escolhido. O lócus da investigação se deu em três IES (duas universidades comunitárias - uma localizada no estado de Santa Catarina e a outra no estado do Rio Grande do Sul – e uma terceira instituição federal, também localizada no estado gaúcho).

O histórico das instituições participantes apresenta iniciativas institucionais que revelam o compromisso com a diversidade, inclusão e o cumprimento do papel social em suas regiões. A pesquisa envolveu o estudo dos acúmulos produzidos tanto na

gestão das instituições, como das ações realizadas pelos coordenadores de curso, professores, coordenação pedagógica e equipe técnica na implantação e implementação do trabalho com estudantes com deficiência. Também foi realizada a escuta dos estudantes com deficiência sobre a sua percepção acerca de sua formação, sua permanência e condições de conclusão do curso superior.

A realização da pesquisa se deu no período pandêmico, o que afetou a aderência dos participantes. Nos grupos organizados entre as IES, foram totalizados 34 participantes. Inicialmente, foi feito contato com as IES pesquisadas com objetivo de apresentar a pesquisa, o detalhamento da mesma e os procedimentos necessários para que os pesquisadores pudessem desenvolver os passos delineados. No período de desenvolvimento da investigação, foi possível observar a aderência à pesquisa de forma diferenciada nas IES pesquisadas. Apesar de todas mostrarem-se disponíveis, através das manifestações de suas gestões para participarem da pesquisa, o mesmo nem sempre ocorria de maneira efetiva pelos participantes do estudo.

A pesquisa foi aprovada pelos comitês de ética das três IES envolvidas. Foram realizadas entrevistas com o uso da plataforma Teams®, de acordo com a disponibilidade dos participantes. Na sequência, as entrevistas foram transcritas e analisadas. A análise dos dados empíricos foi desenvolvida com base na análise de conteúdo de Bardin (2011). Com a finalidade de enriquecer o tratamento dos dados, buscou-se em Moraes (1999) a referencialidade para a construção da sua análise e interpretação.

As três IES responderam a questões sobre missão, planejamento estratégico e recursos financeiros. Nessas respostas, as IES demonstraram a necessidade de maior suporte institucional. As propostas inclusivistas, mesmo com todos os esforços indicados pelos gestores, exigem maior empenho para que impliquem em mudanças estruturais, principalmente no envolvimento necessário para que transformações de fato aconteçam.

Tais iniciativas implicam em investimentos como contratação de recursos humanos especializados, estruturas físicas e tecnológicas, capacitação constante nas questões atitudinais, mas principalmente na formação de professores e técnicos especializados. Isto faz com que o acesso e a permanência do estudante com deficiência, seja construído por caminhos difíceis de serem trilhados, ocasionando, muitas vezes, a desistência.

As três IES pesquisadas têm diferentes níveis de estratégias de gestão para a inclusão de estudantes com deficiência. Após entrevistar os 34 participantes, foram eleitas categorias que auxiliaram nas análises e construção das considerações gerais, conforme apresentado a seguir.

A concepção sobre inclusão por parte da gestão das IES direciona as ações desenvolvidas para a inclusão de estudantes com deficiência, orientando processos e práticas institucionais. Há, nas manifestações, uma tendência para o estabelecimento de procedimento padrão que devem ser seguidos por todos aqueles que estão envolvidos com o acesso do estudante ao curso escolhido.

Duas das três pesquisadas apresentam política de inclusão institucionalizada, contando com setores específicos e com um conjunto de ações voltadas para a permanência dos alunos através de processos e práticas definidas. Existem setores mais especializados no atendimento ao estudante com deficiência, o que favorece a sistematização das questões pedagógicas que auxilia nas avaliações e no avanço de ações como a preparação dos professores. Entretanto, há obstáculos a serem vencidos, principalmente os que envolvem questões estruturais e atitudinais vinculadas ao acompanhamento e a oferta de capacitações de professores e do corpo técnico e administrativo. Nas entrevistas com os diferentes grupos de participantes das três instituições, foi constatada a necessidade de um movimento institucional com a finalidade de envolver técnicos e professores sobre a importância da inclusão visando minimizar as barreiras atitudinais.

Nas manifestações das três IES pesquisadas vigora a percepção da necessidade de uma formação continuada dos professores. Há a compreensão que o contato direto com o tema deve ser assunto de discussão nas reuniões de colegiado, na formação docente, na preparação de conteúdo e nas formações específicas sobre permanência do estudante com qualidade. No que tange aos processos inclusivos, há a necessidade de práticas pedagógicas mais voltadas para o cotidiano acadêmico e não apenas visando as avaliações.

Nem todas as IES apresentam um Plano Educacional Individualizado e isto é percebido pelos estudantes como uma perda em sua aprendizagem, pois mesmo tendo uma boa relação com professores e com a coordenação de curso, os estudantes pontuam que os professores têm conhecimentos muito básicos das deficiências e que, portanto, apresentam dificuldades de perceberem as potencialidades e a forma como eles aprendem. Os estudantes narram que há muitos limites, desafios e preconceitos

na trajetória acadêmica e que isto dificulta a permanência e conclusão dos estudos na IES.

Os setores destinados ao atendimento ao aluno, nas IES pesquisadas, são valorizados pelos estudantes com deficiência como importantes aliados na permanência e no apoio na melhoria da qualidade da formação acadêmica e profissional. Isto se constrói pela relação existente dos estudantes com estes setores, pois os alunos os percebem como indispensáveis para a sua manutenção e continuidade no curso.

As três IES têm o tema da inclusão de estudantes com deficiência como um princípio institucional, ainda que em diferentes níveis de estratégias de gestão. Duas apontam para a concretização de uma instituição mais inclusiva e uma busca por se configurar como uma instituição mais acessível aos estudantes com deficiência. Contudo, todas percebem a necessidade de uma divulgação mais contundente para a comunidade acadêmica das ações inclusivas desenvolvidas por elas.

A apresentação dos dados da pesquisa para cada uma das três IES participantes foi um momento relevante da pesquisa e muito valorizado pelas Instituições, que compreenderam que a investigação fez uma leitura adequada à realidade institucional e que contribuiu para a proposição de novas possibilidades de planejamento e ações para a Instituição.

Por fim, considera-se que mesmo havendo uma política institucional, as referidas Instituições encontram inúmeras dificuldades para que o processo de permanência de estudantes com deficiência seja tranquilo e natural. Observou-se que, em alguns momentos, há uma certa estranheza, ainda, no fato de que uma pessoa cega, surda, ou com a ausência de um dos membros queira estudar e seguir sua trajetória acadêmica. Mesmo com todas as legislações e avanços, é percebido o longo caminho ainda a ser trilhado, pois ainda se convive na sociedade brasileira com uma visão preconceituosa e capacitista fortemente vigente no meio acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisarmos especificamente os dados e as entrevistas desenvolvidas no âmbito de uma universidade confessional do sul do Rio Grande do Sul, foi possível perceber as manifestações vinculadas ao conjunto de ações institucionais voltado à inclusão e à acessibilidade no ensino superior, articulando iniciativas pedagógicas, estruturais, formativas e de acompanhamento aos estudantes com deficiência.

As narrativas advindas de um grupo de 8 docentes participantes, vinculados a uma das instituições participantes, demonstram que essas ações envolvem diferentes setores institucionais, especialmente o Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE), coordenações de curso, formação docente e serviços de apoio pedagógico. O recorte da pesquisa aqui apresentado foi selecionado a fim de reverberar, na perspectiva da análise das estratégias de gestão utilizadas pelas IES para permanência e conclusão do estudante com deficiência proposta pela pesquisa, a identificação e publicização de processos e práticas para a inclusão que qualifiquem a formação acadêmica, principalmente a partir da qualificação da atuação docente.

Entre as principais ações desenvolvidas pela instituição, destaca-se a existência de uma estrutura de acessibilidade física e tecnológica. Os docentes mencionam salas adaptadas, laboratório com recursos específicos, impressora Braille e teclados ampliados para estudantes com deficiência visual. Essas iniciativas demonstram a preocupação institucional com a eliminação de barreiras arquitetônicas e tecnológicas, buscando garantir condições de acesso e permanência dos estudantes.

Outra ação recorrente refere-se ao acompanhamento institucional realizado pelo Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE). Os docentes relatam que recebem, no início de cada semestre, planilhas e informações sobre os estudantes com deficiência, contendo orientações sobre suas necessidades específicas e possíveis adaptações pedagógicas. Além disso, o NAE realiza contato frequente com professores, coordenações e familiares, promovendo acompanhamento contínuo dos estudantes e buscando identificar dificuldades durante o semestre.

Os docentes também trazem compreensões importantes sobre inclusão, acessibilidade e práticas pedagógicas no ensino da universidade. As narrativas revelam experiências marcadas pela convivência com estudantes com deficiência, pela necessidade de adaptação das práticas docentes e pelo reconhecimento de que a inclusão exige sensibilidade, diálogo e acompanhamento contínuo. O fato de trabalharem, ou já terem trabalhado, com estudantes com deficiência foi um critério de escolha para os professores fazerem parte da pesquisa.

Uma das professoras participantes evidenciou uma compreensão da inclusão vinculada ao compromisso humano e institucional da universidade. Ao relatar situações complexas vividas com estudantes, destaca que “a questão da missão da universidade [...] além de ser produtora de conhecimento” envolve também

acolhimento e cuidado com os sujeitos. Sua fala aproxima-se da perspectiva de Paulo Freire, ao compreender a educação como prática ética e humanizadora, fundamentada no reconhecimento da dignidade e da historicidade dos sujeitos. Para Freire (1996), ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e compromisso com uma prática educativa democrática e inclusiva.

Outro docente da área do Design Gráfico, enfatiza a importância do acompanhamento próximo e do diálogo constante entre professores, coordenação e NAE. Ele relata que “todos se comunicam e tentam se ajudar”, evidenciando que a inclusão acontece também nas relações de cooperação entre os docentes. Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Nóvoa (1992), ao defender que a formação docente se constrói coletivamente, nas trocas entre pares e nas experiências compartilhadas no cotidiano profissional.

Houve também a manifestação de uma docente demonstrando preocupação com as dimensões emocionais e relacionais da inclusão, especialmente no contexto pós-pandemia. Ela afirma ter percebido “o aumento [...] de situações mais da ordem emocional” entre os estudantes, revelando que as demandas de acessibilidade não se limitam às deficiências físicas ou sensoriais, mas envolvem também aspectos subjetivos e afetivos da permanência estudantil. Essa compreensão aproxima-se das discussões de Day e Gu (2015), que destacam que o trabalho docente é profundamente atravessado pelas dimensões emocionais, relacionais e contextuais da profissão.

As narrativas dos docentes também mostram que a convivência com estudantes com deficiência produz transformações na própria prática pedagógica. Um docente de Arquitetura relata que, ao trabalhar com um estudante com deficiência motora, sentiu-se responsável por “abrir as portas da arquitetura” para esse aluno, reconhecendo que a experiência o mobilizou profundamente enquanto professor. Da mesma forma, a coordenadora da formação docente destacou que muitos docentes começam “de fato a entender o universo da inclusão quando estão perto desse universo”, indicando que a experiência concreta com os estudantes provoca mudanças nas compreensões sobre ensinar e aprender. Tais falas dialogam com Tardif (2014), ao afirmar que os saberes docentes são construídos na prática e nas experiências vividas no cotidiano da profissão.

Outro aspecto importante refere-se à percepção dos professores sobre os limites institucionais. Embora reconheçam avanços nas ações inclusivas, os

entrevistados apontam dificuldades relacionadas à formação docente, à fragmentação das iniciativas e à sobrecarga de trabalho acadêmico. Uma coordenadora afirmou que existem “várias coisas da inclusão separadas”, indicando a necessidade de maior integração entre os setores da universidade. Essa análise aproxima-se das reflexões de Cunha (2010), quando a autora discute que a inovação pedagógica nas universidades depende da construção de culturas institucionais colaborativas e da articulação entre diferentes sujeitos e espaços formativos.

As entrevistas também revelam uma compreensão compartilhada de que a inclusão exige flexibilidade pedagógica e reconhecimento das singularidades dos sujeitos. Uma das participantes destacou que “não existem fórmulas” para trabalhar com estudantes com deficiência e que “cada pessoa é um sujeito”. Essa perspectiva aproxima-se de Schön (2000), ao compreender a docência como prática reflexiva, marcada pela capacidade de interpretar situações complexas e construir respostas pedagógicas contextualizadas.

Além dos aspectos já destacados sobre acessibilidade, formação docente e ações institucionais, a análise das entrevistas dos docentes apresenta outros elementos importantes que ajudam a compreender a complexidade da inclusão no ensino superior.

Um dos aspectos refere-se à dimensão relacional da inclusão. Em diferentes momentos, os professores destacam o acolhimento, a escuta e o vínculo como aspectos centrais da experiência universitária. Um docente do curso de Jogos Digitais afirmou existir uma relação em que “todo mundo [se mostra] bem aberto, se comunica e tenta se ajudar”, revelando que a inclusão também se constrói nas redes de apoio e cooperação entre docentes, estudantes e setores institucionais.

Outro aspecto importante é a presença das emoções na docência universitária. Os resultados mostram que trabalhar com inclusão mobiliza afetivamente os professores, produzindo inseguranças, aprendizados e transformações pessoais. Um docente de Arquitetura relata que a experiência com estudantes com deficiência “me preocupa muito, me preocupa, me engaja, me motiva”. Essa fala evidencia que a inclusão não é vivida apenas como exigência institucional, mas como experiência humana que atravessa emocionalmente os docentes e transforma suas formas de compreender o ensinar.

Também chama atenção a ideia de aprendizagem compartilhada. Em vários relatos, os professores reconhecem que aprendem com os estudantes e que a

convivência com a diferença provoca deslocamentos em suas práticas pedagógicas. Uma participante afirma que muitos docentes começam “a entender o universo da inclusão quando estão perto desse universo”. Esse elemento é significativo porque rompe com a lógica de que apenas o estudante aprende, mostrando que a inclusão também produz formação docente e institucional.

Outro ponto manifestado pelos docentes é a tensão entre estrutura institucional e sobrecarga de trabalho. Embora a universidade apresente iniciativas importantes, as narrativas sugerem que os professores vivem múltiplas demandas simultâneas, o que impacta a possibilidade de acompanhamento mais individualizado dos estudantes. Uma professora mencionou o contexto de sobrecarga docente, evidenciando que a inclusão ocorre dentro de um cenário educacional marcado pela intensificação do trabalho acadêmico. Esse aspecto é importante porque mostra que práticas inclusivas também dependem das condições concretas de trabalho dos docentes.

Os diferentes sujeitos da pesquisa revelaram uma universidade que busca construir práticas inclusivas a partir do acolhimento, da escuta e da adaptação das experiências pedagógicas. Ao mesmo tempo, os relatos evidenciam que a inclusão ainda está em processo de consolidação institucional, dependendo fortemente das relações humanas, da sensibilidade docente e do esforço coletivo para construir uma cultura universitária efetivamente acessível e inclusiva. Nesse sentido, as entrevistas reafirmam que a educação inclusiva no ensino superior não se resume a adaptações técnicas, mas implica em transformações nas culturas institucionais, nas práticas pedagógicas e nas formas de compreender os sujeitos que ocupam a universidade.

Por fim, os resultados trazem de maneira muito forte a ideia da inclusão como transformação da própria universidade. As narrativas mostram que a presença dos estudantes com deficiência provoca mudanças nas práticas pedagógicas, nos espaços físicos, nas relações e nas formas de pensar o ensino superior. Mais do que adaptar estudantes à universidade, os docentes demonstram perceber que é a própria instituição que precisa se transformar para tornar-se verdadeiramente acessível, acolhedora e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados advindos da pesquisa desenvolvida – tanto no seu nível ampliado quanto no específico – denotam movimentos significativos que percebem a importância de resguardos institucionais que respaldem práticas inclusivas efetivas. A

possibilidade de confrontar as políticas mais ampliadas de inclusão com ações institucionais nos possibilita observar os avanços e as limitações ainda existentes. A aproximação com as manifestações docentes carrega consigo, ainda, uma compreensão que humaniza as práticas inclusivas, tornando-as significativas para um ambiente educacional e formativo como são as universidades. Tal cenário valoriza ainda mais a necessidade de práticas institucionais consistentes que reverberem em práticas efetivas de gestão e de docência e que tenham como consequência a melhoria das condições de ingresso e permanência qualificada dos estudantes com deficiência no ensino superior. O respaldo à atuação docente também aparece com força nas manifestações, colocando em pauta as responsabilidades compartilhadas, o compromisso e o comprometimento da gestão e a capacidade reflexiva e de transformação dos professores.

Entende-se que os elementos trazidos por esse artigo dialogam diretamente com o objetivo de analisar as estratégias de gestão utilizadas pelas IES para permanência e inclusão dos estudantes com deficiência, na medida em que trouxeram a possibilidade de identificar, construir e publicizar processos e práticas para a inclusão capazes de qualificar a formação acadêmica. Os resultados evidenciam que a inclusão de estudantes com deficiência produz aprendizagens e transformações também nos docentes e na própria instituição. A convivência com situações concretas mobiliza os professores a reverem suas práticas e ampliarem seus conhecimentos, configurando a inclusão também como espaço de formação docente. Ao mesmo tempo, os dados mostram que sua efetivação não pode depender apenas da iniciativa individual dos professores, pois permanecem desafios relacionados à formação continuada, à sobrecarga de trabalho e à fragmentação das ações. Assim, a inclusão demanda uma responsabilidade institucional compartilhada e uma cultura universitária em que a diversidade seja reconhecida como parte constitutiva da universidade e produza transformações nas práticas pedagógicas e institucionais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 673–688, out. 2020. Acesso em: 24 mai 2026.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica 2025**: resumo técnico [recurso eletrônico]. – Brasília, DF : Inep, 2026. Acesso em: 24 mai 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC. Recuperado em 27 de novembro de 2019 de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão Universitária**: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Penso, 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. **Qualidade da graduação: a docência universitária em foco**. Campinas: Papirus, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil e TRIPODI, Zara Figueiredo. **Políticas educacionais**. São Paulo: Contexto, 2025.

DAY, Christopher; GU, Qing. **Professores: vidas novas, verdades antigas**. Porto Alegre: Penso, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga e OLIVEIRA, Ivone Martins de (org.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 33, p. 387-405, dez. 2006 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v.22, n.37, 1999.

MOROSINI, Marília Costa (org.). **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

NÓVOA, António Nóvoa. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

POWER, Sally. Por que as políticas educacionais falham? In: BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson. **Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024.

ROSSATO, Solange Pereira Marques et al . Inclusão na Educação Superior: do que estamos falando?. **Obutchénie: R. de Didat. e Psic. Pedag.**, Uberlândia , v. 8, e2024-12, 2024 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-76472024000100107&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 22 mai 2026. Epub 10-Jun-2025. <https://doi.org/10.14393/obv8.e2024-12>.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice Tardif. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Recebido em: 10.05.2026

Aprovado em: 10.08.2026